

EXTRATIVISMO E AGRICULTURA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO DA BORRACHA E DO CAFÉ ENTRE OS ANOS DE 1850 E 1930.

Débora Évelin Ferreira Monteiro¹

Dr. Dante Ribeiro da Fonseca²

Resumo

O presente trabalho apresenta os resultados de um estudo crítico realizado em torno da economia amazônica em paralelo com a economia cafeeira nos anos de 1850 a 1930. De tal modo, o objetivo de nossa artigo é realizar um estudo comparativo em torno das políticas econômicas de proteção do café e os seus reflexos na economia dos seringais amazônicos. Para alcançarmos tais objetivos, buscaremos realizar uma revisão bibliográfica as comparando quando possível com os dados tabulados e estatísticos.

Palavras-Chaves: Economia Cafeeira, Economia Gumífera, Políticas econômicas de proteção do café.

¹ Acadêmica Do 7º período de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, email: debora.evelin.unir@hotmail.com

² Professor da Universidade Federal de Rondônia, Coordenador do Mestrado em Linguística de Guajará-Mirim, email: zeliafonseca@brturbo.com.br

1. Introdução

O presente trabalho origina-se fundamentalmente de um interesse pessoal em realizar estudos de História Econômica da Amazônia. A proposta de artigo pode ser compreendida a partir de alguns aspectos. Em primeiro lugar o trabalho se propõe a realizar um paralelo da economia cafeeira do Sudeste com a economia da borracha na Amazônia, ao buscar compreender as políticas fiscais e de câmbio nacional e seus efeitos para a atividade econômica desenvolvida na região amazônica em finais do século XIX e início do XX. Em segundo lugar é um projeto destinado a contribuir para superar certos entraves no que tange a História da Amazônia.

Dentre esses entraves podemos destacar a relativa ausência de trabalhos e de estudos de História Econômica da Amazônia, o que aumenta a necessidade e a relevância desse tipo de artigo. Se analisarmos as obras de Roberto Simonsen, Celso Furtado ou Caio Prado Jr., entre outros trabalhos de história da economia brasileira, por exemplo, nada encontramos em relação à política cafeeira brasileira e seus resultados na econômica amazônica em um período onde a borracha foi o segundo produto de relevância na balança comercial de exportações. Prova desse interesse em história econômica é a passagem onde Caio Prado Jr.(1976), chega a acreditar, por exemplo, que o dinheiro na Amazônia saía diretamente das seringueiras, com a aplicação de quase nenhum trabalho ou quando se refere da história da borracha da seguinte maneira, “o *drama da borracha brasileira é mais assunto de novela romanesca que de história econômica*”.

Esse relativo desinteresse pela História Econômica na atualidade é explicado por Ciro Flamarion, em *Domínios da História*. O autor denomina o fenômeno de a “*derrota da historia econômica*”, e afirma:

A esta conclusão se chega ao fim de determinados livros ou quando, às vezes desavisadamente, entramos em

algumas livrarias. O que, por outro lado, não pode aludir a constatação de que se produz hoje um número cada vez menor de trabalhos vinculados às conjunturas e estruturas econômicas, e que esta tendência, longe de ser localizada, é mundial. (CARDOSO, 1997, p. 53)

É a partir dessa escassez de estudos sobre história econômica da Amazônia, que se concentra a relevância desse tipo de estudo. Propomo-nos a realizar uma análise da economia da Amazônia no período indicado em comparação com a dinâmica da economia cafeeira. Os resultados desse artigo podem ser posteriormente transformados em uma fonte para estudos de aprofundamento sobre o tema.

No contexto histórico de crises econômicas mundiais o Brasil, por depender e possuir uma economia baseada na exportação de um produto principal sente os efeitos desses colapsos econômicos mundiais. Por essa razão instituiu-se uma política de defesa do produto brasileiro de maior expressividade nas exportações desde meados do século XIX, o café. Essa política, que visava defender e proteger os interesses dos cafeicultores, em determinados momentos tornava baixo o valor da moeda nacional e assim, mesmo que o preço do café estivesse baixo, quando convertido em moeda nacional rendia bons lucros dada à disparidade do câmbio entre a moeda estrangeira, com a qual era adquirido o café, e a moeda nacional, para a qual eram convertidas as divisas do comércio exterior. Esse tipo de medida se caracteriza como a desvalorização do câmbio e tem o efeito de tornar mais caras as importações e de estimular as exportações, uma vez que o exportador recebe mais unidade de moeda nacional para cada unidade de moeda estrangeira convertida à nova taxa de câmbio.

Por outro lado, neste período a borracha natural amazônica, passa a ser um produto muito procurado pelo continente europeu e nos Estados Unidos e por isso valorizado, ao gerar bons lucros e dividendos para a economia brasileira. No século XIX a borracha

passou exercer forte destaque nas exportações e a ocupar um lugar de destaque no cenário nacional ao ponto de ser o segundo produto de maior expressividade nacional, período no qual predominou as medidas de proteção do café.

A partir de tais perspectivas somos levados a indagar: havia uma complementaridade nas políticas relativas ao comércio de exportação que se preocupava com o café e a borracha simultaneamente? Como e em que momento as políticas de valorização do café afetavam a economia gumífera? Supomos inicialmente que enquanto as políticas de valorização do café representavam uma face intervencionista de um Estado Brasileiro. Após a proclamação da república, torna-se um estado dominado pela elite cafeicultora, a Amazônia sobrevive economicamente sob os ditames do mais absoluto livre cambismo, possuidora de uma elite que não consegue se projetar no cenário nacional, muito menos impor políticas favoráveis ao seu principal produto, a borracha. É evidente que esse livre cambismo na Amazônia é limitado aos interesses geopolíticos e estratégicos do Estado Nacional até o segundo Reinado. Esse foi o caso do monopólio da navegação no rio Amazonas pelo Barão de Mauá e da proibição de sua navegação por empresas de capital estrangeiro até 1867. Contudo, essa face limitadora da ação do capital internacional, possuía pouca motivação econômica, pois quando o imperativo comercial falou mais forte os rios amazônicos foram abertos aos navios de bandeira estrangeira, abertura definitivamente consolidada em 1873.

Considerando tais aspectos, surgem nossos problemas de pesquisa. Ou seja, esta se coloca na tentativa de entender como as políticas econômicas e cambiais complementavam ou estimulavam as produções de café e borracha, consideradas integradamente como principais produtos de exportação da economia brasileira no período. Dessa maneira, o nosso objetivo principal é responder se existiram consequências dessas políticas

para a economia amazônica, esta por sua vez baseada no extrativismo da borracha natural. Como vimos, a desvalorização cambial influía fortemente no aumento dos custos de importação e a economia amazônica vivia no sistema do aviamento, no qual as importações eram fundamentais. Assim, somos levados a pensar que, se por um lado a desvalorização cambial era tão vantajosa para o setor gumífero exportador, por outro lado para aqueles que necessitavam dos aviamentos a situação se tornava desvantajosa.

De tal modo, o objetivo de nosso artigo é realizar um estudo comparativo em torno das políticas de econômicas de proteção do café e os seus reflexos na economia dos seringais amazônicos.

Para alcançarmos tais objetivos, adotaremos como principal método de pesquisa, a revisão bibliográfica de fontes tanto nacional como regional (amazônica) e quando possível o auxílio da estatística.

Reportamos a esse tipo de metodologia principal pela escassez de dados e de escritos acessíveis ao pesquisador, por essa razão tivemos que consultar a produções antigas como alguns clássicos de História Econômica brasileira e ainda de economia da Amazônia. Assim, o trabalho será composto pela visita às fontes bibliográficas regionais para que então possamos realizar o paralelo com as políticas nacionais sua consequência para a Amazônia e assim responder as indagações da artigo.

O presente artigo foi dividido, para uma melhor discussão e interpretação dos resultados, em quatro partes. O primeiro capítulo trata de uma abordagem histórica do surgimento, ascensão, os determinantes internos e externos e os entraves para as duas produções, isto é, do café e da borracha. O segundo capítulo realizará uma análise do domínio político da oligarquia paulista sobre o aparelho do Estado durante a República Velha e como a oligarquia Amazônica se coloca e exerce a sua influencia no contexto local e nacional.

No terceiro capítulo do artigo será apresentada uma comparação entre a borracha e o café, analisando o modo de produção, comercialização e particularmente de remuneração da mão-de-obra empregada nas produções. No quarto e último capítulo será realizada uma análise abordando quais seriam as relações das políticas econômicas desenvolvidas especialmente para o café, na economia gumífera na Amazônia.

2. O surgimento e a ascensão do café e da borracha

2.1. Economia cafeeira: os condicionantes externos e internos para a produção

O consumo e a produção cafeeira foram introduzidos bem cedo no Brasil, em 1727 já havia a prática da cultura do café, sendo isso indubitavelmente uma consequência dos aspectos geográficos e climáticos do Brasil que sempre se mostraram favoráveis para produção cafeeira. Apesar disso, até meados do século XVII a produção de café no Brasil não despertava grandes interesses³. Nesse período o café é destinado apenas a uma elite socialmente mais favorecida. Isso é comprovado pela balança comercial brasileira que não representa expressões mínimas da venda de café nesse período.

A explicação para tal desinteresse na cultura cafeeira é, sobretudo econômica, dado que o seu valor comercial é praticamente nulo nesse período, outro fator que deve ser analisado é que até o século XVIII a atividade econômica brasileira estava concentrada na mineração e como a agricultura era nova experiência muitos não arriscavam nela.

É somente no decorrer do século XVIII que a produção cafeeira se mostra atrativa, quando adquire importância nos

³ Note-se aqui que mesmo a cultura cafeeira não despertando grandes interesses isso no século XVII, em Estados como o Pará, Santa Catarina e Goiás havia plantações e produções de café.

mercados internacionais, tornando-se então um produto de luxo no comércio dos países do Ocidente. Desse modo o Brasil não tardou em se respaldar das suas condições naturais favoráveis para a produção do café, como se refere Prado Jr. na seguinte passagem:

Em primeiro lugar, de natureza física: o café, em confronto com a cana-de-açúcar, é uma planta delicada. Os limites de temperatura dentro dos quais prospera favoravelmente são muito estreitos: 5° e 33° C. O cafeeiro é muito sensível tanto às geadas como ao calor e insolação excessivos. Requer doutro lado chuvas regulares e bem distribuídas, e é muito exigente em relação á qualidade do solo. (Caio Prado Jr., 1976, p.117).

Essa passagem denota que é por questões físicas e naturais (temperaturas mais amenas e índice de pluviosidade regular) que a cultura do café se desenvolve ao sul do país, embora tivesse tido o seu inicio nas regiões Norte e Nordeste. Além dos aspectos climáticos e ambientais a economia do café no Brasil é favorecida ainda pela independência das Treze Colônias Inglesas as quais se tornaram grandes consumidoras de café, uma vez que com a Independência as Treze Colônias inauguraram uma política comercial própria e independente que buscava produtores livres da dominação inglesa.

Além disso, podemos ainda destacar nesse processo que a partir do século XIX o hábito de beber café alcançou grande popularidade principalmente na Europa e Estados Unidos, fazendo assim crescer o mercado consumidor externo, e se tornando um produto de atrativo econômico gerando bons dividendos aos produtores.

Logo, o Brasil se aproveita de suas condições climáticas favoráveis para a produção cafeeira. Em pouco tempo o café se transforma no seu principal artigo de exportação e o Brasil no maior exportador mundial do produto. A tabela seguinte nos dá ideia da ascensão e do volume médio de exportação do café em meados do século XIX.

Tabela I Principais Produtos Agrícolas para Exportação (em porcentagem sobre o valor global das exportações)

Período	Café	Açúcar	Algodão
1831-1840	43,8	24,0	10,8
1841-1850	41,4	26,7	7,5
1851-1860	48,8	21,2	6,2
1861-1870	45,5	12,3	18,3
1871-1880	56,6	11,8	9,5
1881-1890	61,5	9,9	4,2
1891-1900	64,5	6,0	2,7

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1939.

A tabela acima demonstra como a cultura cafeeira passa de um simples produto na balança comercial brasileira, para o principal produto de exportação em questão de anos. Em outras palavras, no decorrer do século XIX o Brasil passa a concentrar no café quase toda a riqueza do país, tornando-se o maior produtor em escala mundial, com um quase monopólio, do gênero. Como podemos perceber na passagem a seguir, onde analisa Caio Prado Jr. o potencial do café no Brasil:

A frase famosa, "o Brasil é o café", pronunciada no Parlamento do Império e depois largamente vulgarizada, correspondia então legitimamente a uma realidade: tanto dentro do país como no conceito internacional o Brasil era efetivamente, e só, o café. Vivendo exclusivamente da exportação, somente o café contava seriamente na economia brasileira. Para aquela exportação, o precioso grão chegou a contribuir com mais de 70% do valor. (Caio Prado Jr., 1976, p.117).

Portanto, no século XIX criou-se uma situação favorável à expansão da cultura do café no Brasil, essa situação excepcional

fez com que, em pouco tempo, o café se transformasse no principal produto agrícola brasileiro voltado para as exportações, uma vez que os preços no mercado internacional estimularam a alta produção do gênero.

2.2. Um breve histórico da economia gumífera na Amazônia

Desde o início da colonização brasileira, mais especificamente dos primeiros contatos com o nativo da Amazônia, os europeus já possuíam conhecimentos das propriedades físicas da borracha e o seu uso por essas populações nativas. De acordo com Roberto dos Santos (1980), desde século XVI a borracha já era conhecida e utilizada pelos indígenas.

Apesar das descobertas em relação ao potencial da borracha havia algumas problemáticas que impediam a sua produção em larga escala industrial. O primeiro problema residia na rapidez e na facilidade de coagulação do látex, ou seja, a pouca resistência ao calor, que tornava os manufaturados de borracha moles e pegajosos, e quando expostos a baixas temperaturas se tornava enrijecida e inflexível.

Somente a partir de 1842 que a problemática da viscosidade da borracha foi resolvida, por Charles Goodyear num processo que consistia em misturar enxofre com borracha em temperatura elevada. Esse tratamento para com a borracha foi denominado de vulcanização. Com a criação do processo de vulcanização, e seus aperfeiçoamentos posteriores, a borracha se tornava estável, não mais sujeita a mudanças físicas em decorrência das variações térmicas.

Além do processo de vulcanização outra mudança tecnológica rompe os entraves iniciais para a produção em escala industrial, a introdução do navio a vapor no processo de

comercialização, soma-se a isso a intensa fabricação de utensílios que possuem entre os seus componentes pneumáticos.

Entretanto, persistia uma segunda problemática para a expansão da produção da borracha na Amazônia, a necessidade de disponibilidade de capitais que permitissem o aumento da produção. Inicialmente esses capitais advinham de poupanças regionais, mas com a intensa procura da goma elástica no mercado internacional tornou-se impossível o financiamento da expansão da produção apenas com capitais regionais. Assim, os capitais estrangeiros foram atraídos para a região, esses financiamentos eram sua maioria de origem britânica, norte-americana, francesa e de forma menos intensa belga. Esses investimentos iam desde a viação fluvial, ferrovias portos e serviços urbanos, isso através de empréstimos aos governos locais.

A dinâmica desses financiamentos externos e nacionais às importações combinavam-se com um sistema de crédito local estritamente peculiar, o sistema de aviação.

O sistema de financiamento da economia gumífera funcionava da seguinte maneira: as casas aviadoras geralmente pertencentes a estrangeiros (na maioria dos casos por portugueses) estavam diretamente ligadas às importações de produtos necessários para a manutenção dos seringais (gêneros alimentícios e utensílios em geral), as quais forneciam créditos para o abastecimento dos seringalistas que eram pagos com a produção gumífera. As casas aviadoras eram financiadas pelo capital externo e pagava os empréstimos com borracha. Dessa forma, as casas exportadoras monopolizavam o comércio de exportações de borracha, compradas das casas aviadoras, impondo os preços em razão desse monopólio.

Roberto dos Santos sintetiza essa dinâmica de financiamento como uma cadeia:

O “aviador” de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho e eventualmente pequena quantidade de

dinheiro. Em pagamento, recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo “aviador”, o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros normais e mais uma margem apreciável de ganho, a título do que se poderia chamar “juros extras”. Esse “aviador”, por seu turno era aviado por outro e também pagava “juros extras” apreciavelmente altos. No cume da cadeia estavam às firmas exportadoras, principais beneficiárias do regime de concentração de renda por via do mecanismo dos juros extras e do rebaixamento do preço local. (SANTOS, 1980, p.159).

Esse excessivo controle do capital estrangeiro na produção gumífera deve ser entendido pela predominância de uma política imperialista, controlando as importações através do monopólio da oferta ao mercado consumidor.

Assim a ausência de capitais para a intensificação da produção gumífera havia sido solucionada pelo capital estrangeiro, mas ainda persistia a problemática da escassez de mão-de-obra para realizar a extração do látex da seringueira, o que impedia a expansão dos lucros pelos seringalistas. Essa escassez de mão-de-obra seria resolvida com os movimentos intra-regionais e setoriais da população, porém a demanda mundial de borracha continuava crescendo mais intensamente do que a oferta.

A partir de 1870 ocorrem várias secas no nordeste, o que incentiva a imigração de nordestinos para a Amazônia, satisfazendo a demanda pela mão-de-obra para a extração da borracha. Logo, em pouco tempo a produção gumífera estava representando grandes lucros principalmente para as casas exportadoras, resultado do excedente econômico.

Esse excedente econômico na economia gumífera era sem dúvida resultado da espoliação dos seringueiros. Dado que esses trabalhadores quando chegavam à região já se encontravam endividados não só pelas despesas da viagem, pelas ferramentas de trabalho que deveriam adquirir como também os demais produtos de alimentação e vestuário. Aos poucos os seringueiros estavam totalmente endividados e dependentes dos seringalistas. Esse sistema de crédito concedido aos seringueiros em troca da

borracha ficou conhecido como sistema de “barracão”. O sistema de barracão, por sua vez, se mostrou como mola mestra para a manutenção de todo o sistema de financiamento da produção, uma vez que prevalecia a ideia de extrair ao máximo o sobrevalor produzido pelo seringueiro em troca de mínimo pagamento e ainda a transição de encargos advindos das casas exportadoras para o extrator, através dos “juros extras”. Segundo Roberto dos Santos “juros extras” era a transição de encargos tipicamente do seringalista (como transporte das pélas até as casas aviadoras e dos alimentos aviados) para o extrator, o seringueiro.

A tabela II demonstra os diferenciais de preços dos gêneros no Rio de Janeiro com o valor que chegava ao seringueiro, confirmando assim a prevalência dos “juros extras” nos seringais amazônicos. Nota-se que os produtos chegavam às mãos do seringueiro com encargos que atingiam cerca de dez vezes o valor de consumo no Rio de Janeiro, por exemplo.

Tabela II Diferenciais de preços entre os gêneros no Rio de Janeiro e na Amazônia.

Gêneros	Preços no Rio de Janeiro	Valor básico da fatura da casa aviadora	Frete, impostos e comissões de Belém	Preços para os seringalistas	Preço para o seringueiro
Açúcar	375	700	325	1\$025	3\$000
Arroz	245	573	266	839	3\$000
Café	340	600	278	878	.
Carne-seca	600	1\$150	534	1\$684	5\$000
Feijão	155	500	232	732	3\$000
Média	343	705	327	1\$032	3\$500

Fonte: Sandman, J.A. Mendes (A crise, etc., p.193-195 e 202), Cruz.

Mesmo com todas essas problemáticas citadas acima, a ausência de mão-de-obra, a escassez de capitais para o financiamento da produção, a partir do século XIX a borracha ganha espaço no cenário nacional, dado o aumento da procura da borracha no comércio e o conseqüente aumento dos preços pagos no exterior. A tabela a seguir demonstra o aumento no volume médio de exportações da borracha amazônica.

**Tabela III Exportações de Borracha da Amazônia brasileira:
1856-1939, em toneladas.**

Anos	Quant.	Anos	Quant.	Anos	Quant.	Anos	Quant.
1856	1.906	1900	23.650	1909	34.700	1918	24.713
1861	2.515	1901	27.940	1910	34.248	1919	33.252
1866	5.434	1902	27.120	1911	33.518	1920	23.586
1871	6.765	1903	29.076	1912	37.178	1921	17.439
1876	7.909	1904	27.086	1913	32.141	1922	19.855
1881	8.506	1905	31.887	1914	29.925	1930	14.138
1886	12.690	1906	31.364	1915	29.772	1935	12.370
1891	16.650	1907	34.452	1916	28.305	1939	11.861
1896	19.500	1908	34.270	1917	29.217	-	

Fonte: Le Coite apud WEINSTEIN, 1993, p. 64.

Esses dados demonstram o desenvolvimento das exportações da borracha amazônica. No último quartel do século XIX, a Amazônia torna-se a maior região produtora de borracha para a indústria mundial, quando os seus preços internacionais são ascendentes: elevação moderada, entre 1866 e 1896, e crescimento acelerado, entre 1890 e 1910.

Assim em poucas décadas a borracha constitui-se na principal atividade econômica da Amazônia e a segunda maior na balança comercial brasileira, concentrando grande parte dos recursos produtivos da região, sobretudo no século XIX.

3. A República do Café com Leite

3.1. A oligarquia do café: consolidação como força dominante no cenário econômico e político

A partir de meados do século XIX, a produção cafeeira passou por um período de grande expansão. Por volta de 1760 já eram encontrada produção de café na cidade do Rio de Janeiro, expandindo-se posteriormente para São Paulo na região do Vale

da Paraíba, e ainda em Minas Gerais. Esse desenvolvimento da produção cafeeira a colocou em pouco tempo como o motor da economia brasileira, sendo o principal produto na pauta de exportação.

Nos primórdios da produção cafeeira, o cafeicultor vivia na fazenda preocupando-se apenas com as políticas locais e com os negócios agrícolas, ou seja, possuía uma lavoura pouco capitalizada. É somente com a expansão da produção cafeeira para o Oeste paulista que esse produtor passa de um simples fazendeiro para um capitalista.

Como sabemos a produção cafeeira exige uma grande proporção de terras para o seu cultivo, sendo desenvolvida em latifúndios. Assim, somente uma pequena classe econômica detinha a possibilidade de conseguir as terras necessárias para o desenvolvimento da lavoura.

Por essa razão desde seu surgimento a produção cafeeira era tendente à concentração de riquezas, a qual se torna inevitável o surgimento de uma poderosa classe econômica entre o final do Império e na Republica Velha, eram os chamados “barões do café”⁴. A partir das características citadas acima não é surpresa afirmar que esses barões do café advinham de famílias economicamente favorecidas e que encontrava no café uma forma de seus capitais serem investidos e resultassem em amplos lucros.

Por conseguinte, a alta rentabilidade e o progressivo aumento dos preços no mercado internacional transformaram não só a indústria do café em um dos pilares da economia brasileira, como também os detentores do capital (barões do café) no centro da economia nacional. Logo, com essa expansão dos lucros, e com o aumento do poderio econômico dos barões do café, estes possuem força predominante não só para influenciar em questões

⁴ Vale aqui a ressaltar que de acordo com Oliveira & Pontes, 1992, pg. 14, muitas das famílias do ramo açucareiro, bem como algumas delas que se dedicam ao comércio de gado e muares, seriam responsáveis pelo início da cafeicultura, ou seja, por trás desses barões do café estavam poderosas famílias, que perpetuara sua condição econômica.

econômicas do país como também nos aspectos políticos do mesmo.

Apesar disso, é importante atentar que com esse grande poderio econômico esse classe exercia fortes pressões para que os interesses dos cafeicultores fossem privilegiados nas decisões políticas, como Oliveira & Pontes sugere na seguinte passagem:

O que havia, de fato, era uma enorme pressão do capital para que as decisões estatais fossem sempre pensadas e articuladas em seu favor. No entanto, uma vez no poder, aqueles dirigentes, ainda que lá estivessem em decorrência do exercício do poder das oligarquias locais, por meio do tão conhecido mecanismo do coronelismo e da política dos governadores, viam-se em meio a interesses diversos, os quais deveriam ser capazes de articular, como a pressão imperialista advinda do exterior, decorrente em grande parte da dependência da economia brasileira ao mercado externo. (OLIVERA & PONTES, 1992, p.40)

É claro que apesar dessas oposições de interesses políticos, muitas vezes os interesses dos donos dos capitais cafeeiros é que prevaleciam sobre os interesses da alta burocracia estatal. Assim, podemos afirmar que esse grupo político-social possuía certo domínio sobre o aparelho de Estado, sobretudo durante a República Velha, se consolidando como força dominante político-econômica.

Convencionou-se classificar, por conseguinte esse período da história econômica brasileira, como a “República do Café com Leite”, “República do Café”, “Período dos barões do Café” etc., por ser um período onde os homens da elite ligados à produção do café dominavam absolutamente o cenário político e econômico, exercendo um papel de hegemonia de interesses.

Vale ressaltar ainda que a criação de instrumentos de defesa como a estabilização cambial, a consolidação da Caixa de Conversões, indubitavelmente são resultado da subordinação do Estado aos interesses dos cafeicultores. Isto é, a elite cafeeira subordinou o país aos seus ditames e determinou a necessidade da salvaguarda dos seus interesses em nome da nação.

Podemos supor também que, embora o capital cafeeiro não tenha sido a única força determinante das políticas de valorização do café foi, sem dúvida, a força que predominou na maior parte das vezes nesse tipo de política de defesa econômica.

Assim, o controle político do estado se colocou como essencial para que a burguesia cafeeira conseguisse impor os seus interesses à sociedade, isso se torna evidente ao analisar as variações do câmbio, uma vez que somente o governo federal pode manejar a política cambial de acordo com os seus interesses. Isto é, a partir do instrumento de política monetária essa elite consegue impor seus interesses econômicos no cenário nacional, o que poderia prejudicar as demais economias regionais do Brasil como é o caso da borracha amazônica.

O que podemos observar nesse período é a elite paulista se viu obrigada a negociar e articular as questões de câmbio na esfera federal em favor de seus interesses para então garantir a imposição de seus interesses econômicos.

3.2. A elite da borracha

A atividade gumífera nos primeiros anos de expansão da produção se demonstrava pouco promissora para muitos, uma vez que a produção da borracha acarretava risco seja na exploração de áreas na floresta até então não colonizadas efetivamente, seja na exigência de coragem e resistência física para aqueles que trabalhavam em sua extração.

Segundo Barbara Weinstein (1993), os obstáculos que a economia extrativista teria que superar para tornar-se uma economia agrícola eram insuperáveis. Esses obstáculos podem ser enumerados da seguinte forma: primeiramente quanto ao tempo de produção da Hevea, o cultivador teria que esperar que esta atingisse sua maturidade já que a sangria da árvore não deveria ser realizada antes dos quinze anos de idade, isso sem levar em

conta que árvores cultivadas em grupos são muitíssimo mais vulneráveis a insetos daninhos e pragas o que poderia arruinar toda a produção; em segundo lugar quanto a necessidade de força de trabalho para esse tipo de atividade agrícola se fazia necessário mão-de-obra para desbravar a terra, e ainda para sua manutenção constante, como ressaltar Weinstein na seguinte trecho:

Se Henry Ford, com recursos financeiros que ultrapassavam de longe os de qualquer seringalista, assistiu á derrotada de seu empreendimento de cultivo, na Fordlândia, devido a problemas de mão-de-obra é difícil imaginar como poderia ter sido bem sucedido mesmo o mais rico dos cultivadores. (WEINSTEIN, 1993, p. 48)

É de se imaginar se no caso da Fordlândia onde existia abundancia de capitais, este foi fracassado dentre outras razões pela escassez de mão-de-obra imagine no caso da economia gumífera onde os capitais de inversões eram inicialmente escassos.

Outro obstáculo que se colocava para a produção e comercialização de borracha na Amazônia era a ausência de capitais suficientes. Na região amazônica não havia capitais abundantes para adquirir equipamentos e alocar mão-de-obra, isso levando em conta que a extração de látex não exigia grandes quantidades de capital para investimento inicial.

Devido a esses complicados fatores a serem superados, até a década de 1890 e 1900 a elite amazônica demonstrou pouco entusiasmo pelo cultivo da seringueira apesar desse período ser caracterizado como um período de maior oferta de capital e de mão-de-obra na Amazônia, como demonstrado anteriormente.

Nessa mesma perspectiva, havia ainda certa aversão da produção extrativista pela elite paraense, mais vinculada à agricultura e ao pastoreio. A borracha, segundo essa elite, além de ser um recurso claramente esgotável, não se demonstrava como uma atividade que daria alicerces para a instalação e formação de

povoados e de desenvolvimento em longo prazo e muito menos favorável a formação de centros urbanos.

Inicialmente a atividade gumífera era vista por esta elite local apenas como um produto que rapidamente entraria em decadência e com uma produção que demandava praticamente toda a mão-de-obra disponível, isso é constatado se observarmos a mensagem pronunciada pelo presidente do Pará na Assembleia Legislativa em 1854, como se refere na passagem abaixo:

O emprego quase exclusivo dos braços na extração e fabrico da borracha, a ponto de ser preciso actualmente receber de outras Províncias gêneros de primeira necessidade, e dantes produzíamos até para fornecer-lhas.(WEINSTEIN, 1993, p. 58)

Nesse sentido, Ernani Bruno (1976) também observa esse direcionamento de mão-de-obra para a extração da borracha ao constatar que mesmo em meio a uma imensa floresta rica em madeiras, nesse período se importava tábuas de pinho da Europa para a fabricação de caixas para acondicionar as pélas de borracha para a exportação.

Outro aspecto que pode ser destacado para essa posição hostil adotado pelo governo da Província do Pará e pelos membros da elite política paraense, além da escassez de mão-de-obra é o fato de que existia uma forte ausência, nesses grupos políticos, de indivíduos intimamente ligados ao negocio da borracha, isto é seringalistas e comerciantes.

Pode-se supor que essa relativa ausência dos extratores de borracha na elite política predominante se devia ao fato de que nos primeiros tempos de expansão da produção gumífera o grupo extrator de látex era em sua maioria de origem estrangeira, inicialmente composta por portugueses pela facilidade de acesso que possuía com Belém e posteriormente composta por outros grupos estrangeiros que possuíam maior relacionamento comercial com os grandes centros como os ingleses, franceses e alemães. A

partir dessas perspectivas se mostra clara a conclusão de que como esse grupo detentor do capital era caracteristicamente estrangeiro e por esse motivo não podiam participar diretamente da política da província, estes não possuíam força política para articular seus interesses, consolidando assim uma elite local com interesses diversos ao da economia gumifera.

Por outro lado, Sylvio Ferreira (1990) denota para a fragilidade dessas elites locais quanto às articulações locais e sua baixa representatividade no movimento republicano, ou seja, em esfera nacional, exemplificando o período de transição de Império para República onde o Estado do Amazonas é governado por militares e não por políticos diretamente ligados a borracha, como ocorria em São Paulo que era governado estritamente pela elite cafeicultora.

Outro fator que Sylvio Ferreira aponta para justificar e comprovar essa baixa representatividade da elite gumífera frente ao plano nacional é que mesmo com a economia de exportação da borracha em grande expansão, chegando a expressar grandes fortunas para a tributação provincial e nacional, no momento da queda do Império e da instituição do republicanismo essa elite local não consegue estabelecer vínculos orgânicos com o plano nacional. Esse fato demonstra a sua fraca força política e de influência econômica no país como um todo ao não conseguir estabelecer decisões que estivessem intimamente vinculadas ao seu favor, dado que a borracha era o segundo maior grupo econômico do país, ficando atrás apenas da economia cafeeira.

Nesse sentido vale ressaltar que, ao contrário do que se estabelece na economia cafeeira, a oligarquia Amazônica se coloca apesar da grande contribuição na balança comercial brasileira como secundária no que tange as decisões de impacto econômico nacional.

4. Entre o café e a borracha: as formas de produção e comercialização

A economia da borracha não representou para a região um afastamento das praticas coloniais, posto que o negócio da borracha se consolidasse nos modos tradicionais de extração e de troca comumente utilizado pelos portugueses no período colonial, de acordo com a passagem de Weinstein:

Em condições perfeitamente normais era possível que um quilo de borracha passasse por meia dúzia de mãos diferentes antes de chegar a seu destino final - o fabricante. Isso sem incluir os importadores e os banqueiros que raramente lidavam diretamente com a borracha, mas eram absolutamente essenciais como fornecedores de bens, de crédito e moeda estrangeira. (WEINSTEIN, 1993, p.31).

Nesse sentido como dito anteriormente o modo de produção e comercialização da borracha se organizava em cadeias. Na posição mais baixa da cadeia estava o seringueiro, trabalhador que entrava na floresta e coletava o látex da seringueira. Após coletado defumava o látex com sementes de uricuri que formava uma fumaça oleosa que pouco a pouco coagulava o látex e o transformava em uma bola rígida e preta chamada de “Pará fina”. O seringueiro realizava esse processo durante toda a semana e no sábado ou no domingo entregava então ao “barracão” do seu seringal essas pélas. O “barracão” era um posto comercial sugerido por um seringalista proprietário da terra, que “arrendava” estradas aos seringueiros mediante a exclusividade de recebimento de borracha. Nesse “arrendamento” de terras aos seringueiros predominava ainda um sistema de escravidão de dívidas dado que o seringueiro, desde sua chegada ao seringal, já se via endividado com as despesas de ferramentas e de alimentação. Deste modo, o seringueiro raramente recebia o pagamento pela borracha em dinheiro e sim através de negociação da produção com mercadorias de primeira necessidade. Note-se aqui que nessas mercadorias prevaleciam a os juros extras, isto é,

um produto no barracão chegava a custa dez vezes mais o preço do mesmo produto no Rio de Janeiro.

O seringalista, por sua vez, ficava responsável pela venda das pélas em Belém ou em Manaus. Como o seringalista conseguia debitar o seringueiro com um juros de até 50% do valor corrente da borracha, esse conseguia tranquilamente assumir as despesas de transportes e de comissão de venda até esses grandes centros, onde vendia as peladas de borracha as casas aviadoras. A casa aviadora, também chamada de “casa recebedora”, era o elo mais importante da cadeia comercial da Amazônia. Era ela que decidia quando e a quem vender a borracha. Era ela também que se encarregava de providenciar créditos adicionais ou empréstimos em curto prazo dos bancos locais quer para suplementar os adiantamentos feitos pelas companhias exportadoras quer para financiar as compras mais vultosas como barcos a vapor, instalações de embarcadouros, ou armazéns.

Depois de passar pelas mãos do aviador, a borracha se transferia para uma das casas exportadoras. Essa transação do aviador e exportador era a primeira da cadeia comercial a ocorrer invariavelmente em moeda corrente. Vale ressaltar que geralmente a firma exportadora atuava como representante comercial de companhias compradoras de borracha de Nova York ou Liverpool.

A partir daí, a borracha se tornava propriedade estrangeira. O importador de borracha provavelmente possuía uma das funções mais importantes, era o importador que determinava os preços. Para essa tomada de decisão o importador mantinha ligações com os fabricantes, conhecia o nível de demanda e o montante de estoques nos mercados industriais e recebia de seu representante em Belém informações de taxas de produção e volume dos estoques nos centros exportadores. Isso é analisado de maneira simples por Weinstein:

Como disse alguém, que se declara perito: “não é necessário ser muito perspicaz para compreender que o mercado da borracha não se constitui na Amazônia, mas

sim nos grandes centros do exterior como Londres e Nova York”. (WEINSTEIN apud Pearson, 1993, p.35).

A partir do processo descrito acima pode-se perceber que os possíveis participantes da rede produção e de troca na economia gumífera, davam suporte a maioria de suas transações comerciais na base do crédito e da permuta. Isso é explicado pela prevaência do sistema de aviamento que consistia em uma espécie de crédito sem dinheiro:

Segundo um morador da região, “a Amazônia é a terra do credito. Não há capital. O seringueiro deve ao patrão, o patrão deve á casa aviadora, a casa aviadora deve ao estrangeiro e assim por diante”. (WEINSTEIN apud ITERPA, Registro de posses Comarca de Breves (1872), nº 935).

Assim, o que prevalecia nesse sistema de produção extrativista era ausência de liquidez nas transações comerciais, até porque esse sistema se colocava como uma espécie de controle do seringalista ao seringueiro, já que um seringueiro com dinheiro no bolso teria condições de comprar mercadorias de outros aviadores, sem estar violando o acordo comercial com o seringalista, logo era preciso impedir que o seringueiro acumulasse reservas e fizesse economias que o tornassem independente.

Essa exploração do seringueiro se colocava como mola mestra de toda a economia gumífera, mas de acordo com Roberto Santos (1980) é possível que o seringalista não soubesse o grau de importância dessa espoliação e de escambo para todo o sistema gumífera, “é possível que até então os seringalistas e comerciantes nem tivessem consciência do quanto o escambo era importante na preservação da hierarquia de poder vigente”.

Passaremos agora a analisar o sistema de comercialização na produção cafeeira. A economia cafeeira em matéria de organização não difere muito das demais atividades de monocultura brasileira (açúcar e algodão, por exemplo), ou seja, a

produção de café seguiu os moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país, com exploração em larga escala, fundada na grande propriedade monocultora trabalhada por escravos negros, sendo substituídos mais tarde por trabalhadores assalariados.

Apesar disso, em comparação com as demais atividades agrícolas predominantes o café, apresenta uma menor necessidade de capitais do que o açúcar, posto que se constitua prioritariamente no fator terra, além disso, as suas necessidades monetárias de reposição são bem menores, pois o equipamento é simples e quase sempre de fabricação local.

Assim como a produção açucareira, a mão-de-obra empregada nos cafezais era, sobretudo escrava negra, advinda propriamente dos canaviais açucareiros devido ao café ter substituído maciçamente a produção de açúcar no Brasil. Entretanto, com a eliminação do tráfico negreiro a partir de 1853, a produção cafeeira sente os impactos da escassez de oferta de mão-de-obra para uma produção com demandas crescentes. A solução para tal problemática de mão-de-obra advém com o fomento de imigração de corrente europeia. O regime inicialmente adotado com esses imigrantes europeus era o de parceria, no qual a renda do colono era incerta possuindo a metade do risco que corria o senhor de terras. Mais tarde esse regime foi substituído por um sistema misto pelo qual o colono tinha garantida a parte principal de sua renda, pois recebia um salário monetário anual em troca de exercer a tarefa básica de cuidar de certo número de pés de café. Esse trabalho era completado por outra renda variável pago no momento da colheita.

De acordo com Caio Prado Jr., (1976), do ponto de vista financeiro a substituição do trabalho escravo para o assalariado se mostra favorável ao cafeicultor, pois o escravo corresponde a um capital fixo com um pequeno ciclo de duração de vida, o assalariado, pelo contrário, fornece apenas aquele sobretrabalho sem adiantamentos.

A partir dessas perspectivas, percebermos que no caso da economia cafeeira existe a prevalência de salário monetário, ao contrario do que se estabelece nos seringais amazônicos onde o que predomina é um sistema de escravidão de dívidas do trabalhador - o seringueiro.

Ainda de acordo com Caio Prado Jr., temos que apesar de o Brasil liderar a lista de grandes produtos nas exportações, tais como o café, a borracha, o cacau, o mate, o fumo. O país não consegue fornecer os gêneros de consumo interno a população, o obrigando o país a recorrer às importações de mais vulgares até os artigos de extrema necessidade como os de alimentação:

Os gêneros alimentícios figurarão na importação com porcentagens consideráveis, cerca de 30 e mais por cento, situação paradoxal e inteiramente anômala num país exclusivamente agrário como o Brasil. (Caio Prado Jr. 1976, p.157).

Apesar desse número considerável de importação de produtos, a economia cafeeira se demonstra bem menos dependente desses produtos em sua produção que a economia gumífera, na qual persiste a relação de interdependência de produtos importados seja do comercio exterior seja do comercio nacional.

5. A economia nacional em confronto com a amazônica: as políticas cafeeiras e os reflexos na Amazônia.

Para analisar as implicações da política econômica adotada no âmbito nacional e seus efeitos na economia da Amazônia no século XIX inicio este capítulo questionando para quem era interessante as políticas econômicas realizadas durante a vigência do café como o produto principal da economia brasileira?

Parece óbvio a afirmativa que era interessante para apenas uma pequena parcela da sociedade brasileira, a classe dominante.

De maneira geral, a partir do final do século XIX a inflação do crédito se mostrou estimulante para a classe de cafeicultores, proporcionando créditos para financiar a abertura de novas terras e a elevação do preço do produto, isso a partir do artifício de depreciação cambial. Ao mesmo tempo a partir das vantagens relativas do café são cada vez maiores as inversões de capitais dos empresários na produção, o resultado dessas inversões foi o aumento da oferta de café, não porque a demanda havia crescido, mas pela disponibilidade e elasticidade de mão-de-obra e ainda pela ocupação das terras desocupadas. Assim houve uma grande expansão da cultura cafeeira no Brasil. Entretanto, a partir de 1893, ocorre à crise crescente nos EUA, crise essa decorrente exatamente da superprodução de mercadorias e da excessiva especulação financeira no mercado de ações. Nessa perspectiva criou-se em 1906, o Caixa de Conversões⁵, o Convênio de Taubaté, o qual definiu as bases do que se convencionou a chamar de uma política de “valorização”, isto é, a valorização do café por parte do governo nacional.

Essa política de valorização suscita a predominância política da oligarquia cafeeira, uma vez que como dito anteriormente a descentralização republicana reforçou o poder dos plantadores de café, ao ponto de esse grupo exercer fortes pressões ao governo central, sendo em alguns casos de modo até mesmo excessivo como no caso das reformas bancárias do período.

É importante destacar também que em comparação com a economia açucareira não se percebe a formação de um grupo tão bem articulado politicamente como no caso do café, como demonstra a passagem abaixo de Celso Furtado:

Se compara o processo de formação das classes dirigentes nas economias açucareiras e cafeeira

⁵Criada durante a vigência do governo de Afonso Pena visava, manter a estabilidade do câmbio em face à crise do mercado de café, principal produto do Brasil na época. Emitia notas conversíveis chamadas de “Papel Ouro” nos valores de 10 mil, 20 mil, 50 mil, 100 mil, 200 mil e 500 mil réis e a de 1 conto de réis (1 milhão de réis = Rs 1:000\$000).

percebem-se facilmente algumas diferenças fundamentais. Na época de formação da classe dirigente açucareira, as atividades comerciais eram monopólio de grupos situados em Portugal ou na Holanda. As fases produtiva e comercial estavam rigorosamente isoladas, carecendo os homens que dirigiam a produção de qualquer perspectiva de conjunto da economia açucareira. As decisões fundamentais eram todas tomadas partindo da fase comercial. Assim isolados, os homens que dirigiam a produção não puderam desenvolver uma consciência clara de seus próprios interesses. Com o tempo, foram perdendo sua verdadeira função econômica, e as tarefas diretivas passaram a constituir simples rotina executada por feitores e outros empregados. Compreende-se, portanto, que os antigos empresários hajam envolvido numa classe de repentistas ociosos, fechados num pequeno ambiente rural, cuja expressão final será o patriarca bonachão que tanto espaço ocupa nos ensaios dos sociólogos nordestinos do século xx. A separação de Portugal não trouxe modificações fundamentais, permanecendo a etapa produtiva isolada e dirigida por homens de espírito puramente ruralista. Explica-se, assim, a facilidade com que os interesses ingleses vieram a dominar tão completamente as atividades comerciais do Nordeste açucareiro. Debilitados os grupos portugueses, criou-se um vazio que foi fácil preencher. (FURTADO, 1987. p.121)

Assim, a economia cafeeira iniciou-se diferentemente da açucareira, aqueles que detinham os capitais para as inversões possuíam uma nítida consciência de classe. Desde cedo essa classe compreendeu a enorme importância que teriam aliando-se ao Estado e ainda a importância do governo como instrumento de ação econômica. Outra interessante colocação sobre a questão é a que Caio Prado Jr., realiza na passagem:

Quase todos os maiores fatos econômicos sociais e políticos do Brasil, desde meados do século passado até o terceiro decênio do atual, se desenrolam em função da lavoura cafeeira: foi assim com o deslocamento de populações de todas as partes do país, mas em particular do Norte, para o Sul, e São Paulo especialmente; o mesmo com a maciça imigração europeia e a abolição da escravidão; a própria Federação e a República mergulham suas raízes profundas neste solo fecundo onde vicejou o último soberano, até data muito recente, do Brasil econômico: o rei café, destronador do açúcar, do ouro e diamantes, do algodão, que lhe tinham ocupado o lugar no passado. (Caio Prado Jr., 1976, p.123)

Essa passagem afirma de maneira clara e suscita o poderio e a influencia dos cafeicultores na economia brasileira no período. Nesse sentido vale-nos colocar que mesmo a borracha nesse período possuindo uma relevante participação na balança comercial do país, a oligarquia amazônica não consegue impor seus interesses na política econômica.

Como percebermos a partir da comparação abaixo realizada por Caio Prado Jr.

Precisamente em 1912 a exportação da borracha brasileira alcança seu máximo com um total de 42.000 toneladas. Daí por diante é o declínio. Os preços também atingem seu teto em 1910, valendo então a tonelada quase 10 contos FOB, ou sejam 639 libras. Neste ano a exportação soma 377.000 contos (24.646.000 libras-ouro), e representa quase 40% da exportação total do país; contra 385.000 contos, ou pouco mais de 40% representados pelo café. (JÚNIOR, 1976. p.180).

Essas medidas de proteção da economia cafeeira no plano nacional ao mesmo tempo em que estimula e mantém o preço estável no mercado, na Amazônia essas medidas possuem o efeito contrário, posto que apesar de estimular as exportações prejudicavam as importações, como a economia da borracha baseia-se no sistema de aviamento, ou seja, credito sem dinheiro, esta sente através da “valorização” do café, efeitos na sua balança de importações.

Retornando a discussão realizada no inicio desse capítulo, onde indagamos para quem era interessante esse tipo de medidas protecionistas do café, temos que o mercado cambial consiste em um tipo de mecanismo pelo qual essa oligarquia de cafeicultores, isto é, a classe dominante, defende a sua renda em detrimento do resto da comunidade em geral. Em outras palavras, esse tipo de defesa era necessário aos cafeicultores dado que a crise originária dos EUA, penetrava de dentro para fora, e para manterem suas rendas reais, provocavam a desvalorização do cambial da moeda nacional, transferindo dessa forma para o resto da economia o ônus da crise. Essa transferência se dava através da carestia dos

bens de consumo não duráveis não produzidos no Brasil, tecidos e certos tipos de alimentos, por exemplo, desde os mais vulgares até os mais necessários como produtos alimentícios, produtos estes que como fora colocado no capítulo anterior em suma maioria advinha de importações.

A Amazônia por sua vez, ao possuir sua economia intimamente relacionada e dependente desses produtos importados sente as conseqüências diretas desses tipos de medidas, nas tabelas abaixo temos os valores dos preços dos produtos importados em paralelo, antes dessas medidas entrarem em vigor e após essas medidas.

Tabela V Preços dos quatro primeiros gêneros de consumo importados para Belém em 1900 (antes das medidas de valorização)

Produto	Toneladas	Valor (em Contos/toneladas)
Farinha	153.946	26.478
Arroz	40.288	7.052
Feijão	8.885	2.352
Açúcar	24.972	2.131

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1900.

Tabela VI Preços dos Preços dos quatro primeiros gêneros de consumo importados para Belém 1906 (depois das medidas de valorização).

Produto	Toneladas	Valor (em Contos/toneladas)
Farinha	1.500	860 contos de réis
Arroz	6.000	11.340 contos de réis
Feijão	7.000	11.340 contos de réis
Açúcar	14.00	11.340 contos de réis

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1906.

Com esses dados podemos perceber as diferenças nos valores dos produtos importados por toneladas, confirmando a afirmativa de que conseqüentemente essa política nacional de valorização não beneficiou a Amazônia, porque a dependência das importações de Belém e de Manaus eram incontestáveis. A agricultura não supria as necessidades locais. A indústria era praticamente inexistente, a pecuária insuficiente para atender ao consumo exigia a importação até mesmo de gado, carnes preparadas e leite.

Essas conseqüências no setor de importações da Amazônia eram agravadas pela existência do componente discutido anteriormente os “juros extras” componente da economia de exploração do seringal que encarecia os gêneros consumidos na Amazônia em cerca de dez vezes mais. Com produtos de primeira necessidade sendo importado mais caro, e os seringalistas utilizando a pratica dos juros extras, o seringueiro chegará a um nível de exploração tal que se tornava impossível transferir esses efeitos das variações do câmbio para o trabalhador.

Por outro lado a partir da análise dessas tabelas presume-se que as políticas promovidas pelo governo para sustentar o café, de maneira alguma demonstraram preocupação para o caso da economia da borracha, possivelmente devido à ausência de articulações politica-econômica desse grupo econômico.

Observa-se aqui que enquanto a literatura, como os clássicos de história econômica exalta a concorrência da borracha asiática, com a principal e única causa para o declínio do primeiro ciclo da borracha na Amazônia, demonstra-se claro que as variações cambiais também influenciaram no processo de decadência da borracha.

Nesse sentido, a partir dessas medidas de valorização do café a borracha amazônica já se encontrava em um ligeiro processo de crise econômica devido aos altos preços das mercadorias importadas, ao não gerar os mesmos superávits na

balança comercial como outrora. Aliado a isso está à concorrência com os seringais asiáticos que acentuam o processo de crise nos seringais amazônicos.

O que é intrigante neste caso é o alto grau de subordinação do Estado frente aos interesses de uma classe, os barões do café, e a oligarquia gumífera por outro lado estando alijada dessas decisões de impacto econômico direto para a sua produção.

O fato é que essa “empresa cafeeira” com maquinaria político-administrativa utiliza o controle do Estado para alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma política. É o que analisa Celso Furtado, ao classificar essas classes como totalmente diversa dos demais grupos dominantes por possuir uma consciência clara de seus próprios interesses econômicos.

6. Considerações finais

Ao longo do desenvolvimento histórico da Amazônia a região sempre se demonstrou possuidora de um grande potencial natural e conseqüentemente econômico. Apesar disso, sua economia, desde o período colonial, sempre esteve relacionada como uma economia de exploração, seja na exploração de drogas do sertão, seja na extração de óleos de tartaruga ou ainda na produção de cacau e na extração da borracha. Mesmo com esse potencial natural e físico, as produções e a comercialização de produtos na região não representaram alicerces para a consolidação do desenvolvimento econômico da mesma.

A economia amazônica sempre se manteve como periférica frente ao mercado nacional, ao passo que quando esses produtos entravam em decadência a economia também passava por um longo processo de estagnação. Em outras palavras, essas produções econômicas não estabeleceram desenvolvimento em longo prazo para a região, devido talvez à herança colonial de exploração da região.

A partir desse viés econômico, o desenvolvimento histórico da região amazônica é extremamente rico, com amplas possibilidades de estudos e pesquisas apesar disso, grandes são as dificuldades a serem enfrentadas nesse universo de pesquisa, onde poucos são os documentos escritos e acessíveis, principalmente quando nos propuser a estudar história econômica da Amazônia, isso se tornou a grande dificuldade para a realização da pesquisa, o qual motivou a redirecionamento da proposta inicial do trabalho.

A partir do cruzamento dos textos, documentos e bibliografias analisados, entendermos que a economia cafeeira como uma elite extremamente bem posicionada na esfera nacional, com uma clara consciência de classe e de seus interesses econômicos, ao conseguir a partir da proclamação da república se projetar na economia nacional e também subordinar o aparelho do estado de acordo com seus interesses.

A elite amazônica, que é inicialmente estrangeira, se coloca como secundária ou mesmo isenta de participação econômica no contexto nacional e assim alijado das decisões de impacto econômico. Esse fato é comprovado com a realização da política de valorização do café, que trouxe grandes impactos negativos para a Amazônia, posto que essa possuía seu sistema econômico intimamente ligado com as importações:

Observa-se aqui que como o comércio com a Europa e Estados Unidos era mais próximo do que com o sul do Brasil, os navios vinham buscar a borracha e traziam com eles produtos importados, estabelecendo assim uma prática de intercâmbio desigual que, de certo modo, reproduz a lógica do desabastecimento e do barracão, trazendo dessa forma mais prejuízos à economia amazônica do que o resto da economia. (FONSECA, 2004, p.248).

Além disso, as políticas de valorização do café, no momento em que passam a lançar mão da desvalorização cambial, para tornar o produto mais competitivo no mercado internacional, tornam as importações bem menos atraentes, e caras em todo o

território nacional. Esses produtos não eram tão acessíveis à massa da população em seu cotidiano quanto o eram para a elite, e era esse produto importado que, cotidianamente, consumia a população urbana e rural da Amazônia durante o auge da exploração da borracha.

Assim essas políticas desenvolvidas em prol do café, para a economia da borracha não possuem saldos tão positivos, já que esta era altamente dependente da importação de alimentos, bebidas, peças de vestuário e uma serie de outros bens de consumo, o que somente colaboraram para acelerar o processo de decadência desencadeado a partir dessas políticas de desvalorização cambial brasileira e acentuadas com a concorrência da borracha da asiática, que levou a economia local a um processo de estagnação econômica só reestabelecido a partir do inicio da Segunda Guerra Mundial, que também não estabeleceu vínculos para o desenvolvimento econômico da região.

7. Referências bibliográficas

BELLO, Wenceslao. **A Borracha**. Extrahido do primeiro volume da obra O Brasil suas riquezas naturaes suas indústrias, publicada pelo Centro Industrial do Brasil. Rio de Janeiro: Typograpia Revista dos Tribunais, s/d.

BUENO, M. A. Pimenta. **Industria Extractiva: a borracha**, considerações por M. A. Pimenta Bueno. Anexo da: Falla com que o Exm.º Snr. Dr. João José Pedrosa abriu a 1.ª sessão da 23.ª legislatura da Assembléa Legislativa da Provincia do Pará em 23 de abril de 1882. Pará, Typographia de Francisco da Costa Junior, travessa 7 de setembro, 1882.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo. UNESP, 1991

CASTRO, Raymundo C. Monteiro de. **Cultura e exploração da borracha no valle do Amazonas. Manaos: Associação Comercial do Amazonas**, 1913.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. São Paulo: Nobel, 1989.

FERREIRA FILHO, Cosme. **Em defesa da borracha silvestre Sul Americana**: memorial apresentado às Associações Commerciaes do Amazonas, Pará e Acre). S/ed.: s/l, s/d.

FONSECA, Dante Ribeiro da. **Estudos de História da Amazônia**. Porto Velho: Maia, 2007.

FONSECA, Dante Ribeiro da. **Pesca e abastecimento na colonização da Amazônia**. Belém: 2004. 507 p.. 2 vols. Tese (Doutorado em Ciência: Desenvolvimento Socioambiental) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

LEAL, Aluizio Lins. **Grandes Projetos Amazônicos - Dois Casos Precursores**. Belém: Saraiva, 1996.

LOVE, Joseph L. **A República Brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937)**. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. 2 ed. São Paulo: SENAC, 1999.

MENDES, J. A. **A crise amazônica e a borracha**. Manaus: Valer, 2004.

_____, J.A. **Extracção e Futuro da Borracha no Valle do Amazonas**. São Paulo: Moderna, 1987.

PINTO, Nelson Prado Alves. **Política da Borracha no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____, Nelson Prado Alves. **Política da Borracha no Brasil (A Falência da Borracha Vegetal)**. São Paulo: Hucitec, 1994.

PRADO, Maria Lígia Coelho & Maria Helena Rolim Capelato. **A borracha na economia brasileira da primeira república**. In: Boris Fausto (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. 4^a. ed., tomo III, vol 1. São Paulo: Difel, 1985.

SANTOS, Roberto A. O. **História Econômica da Amazônia - 1880/1920**. São Paulo: São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SILVA, Moacir Fecury. **O Desenvolvimento Comercial do Pará no Período da Borracha (1870/1914)**. Niterói. Dissertação de Mestrado. UFF, 1978.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 6^a ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues e FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional (Rondônia)**. Porto Velho: Editora Rondoniana, 1998.

TORELLI, Leandro Salman. **A Defesa do Café e a Política Cambial: os interesses da elite paulista na primeira República (1898-1920)**. São Paulo: Cortez, 2004.

VILLELA, A. V.; SUZIGAM, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)**. Rio de Janeiro: IPEA: INPES, 1983.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.